



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO
Rua do Acre, 80- sala 604-Centro/Rio Janeiro –CEP: 20.081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2015

TRF2-EOF-2014/220

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2014/372 de 18.09.2014 do Ilmo. Sr. Diretor da Secretaria Geral, Dr. Roque Bonfante de Almeida, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico**, realizado por meio da internet, no site: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, do Decreto 6.204/07 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 04 de março de 2015	Horário (de Brasília): 11h30
Local: www.comprasnet.gov.br	

Fazem parte deste Edital: Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Minuta do Contrato

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada por região para prestação de serviços em urgência médica e atendimento pré-hospitalar do tipo Área Protegida para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme especificações definidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do



site www.comprasnet.gov.br. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, o licitante deverá manifestar, através de declaração virtual inserida em campo próprio do sistema Comprasnet, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450/2005.
- 2.3 - Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar com este Tribunal.
- 2.4 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto nº 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).



- 3.3 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5450/05).

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, e quando for o caso, seus anexos, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **valor total anual (12 meses)**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;



- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.6 - Os preços unitários e totais, em algarismos e por extenso, em moeda nacional, com apenas duas casas decimais, conforme o modelo de Planilha de Formação de Preços constante do Anexo I – Termo de Referência;
 - 5.6.1 – Os preços unitários e totais deverão ser ofertados com apenas duas casas decimais;
 - 5.6.2 - A incidência tributária e demais encargos materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;
- 5.7 - Descrição detalhada dos serviços cotados, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I;
- 5.8 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.9 - **Prazo de vigência do contrato**, 12 (*doze*) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93;
- 5.10 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682, ou do e-mail cpl@trf2.jus.br.
 - 5.10.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da **proposta e documentos de habilitação**.
- 5.11 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.12 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



- 5.13 - No caso de haver divergência entre a descrição do código do **SERVIÇO** no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.
- 5.14 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou não atenderem às exigências deste Pregão.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - Os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais;
- 6.2 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexeqüíveis;
- 6.3 - O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total estimado**, sob pena de desclassificação da mesma.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (*trinta minutos*), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha



apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

- 7.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.10 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 7.10.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.
- 7.11 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão;
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
 - 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam



dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

- 8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A habilitação da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:



- 9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014).
 - 9.1.1.1 - O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicado, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se tiver apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.
- 9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF**), dentro da validade;
- 9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.6 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado ao licitante cadastrado e parcialmente habilitado no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada na própria sessão pública.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as **DECLARAÇÕES** listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Comprasnet*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
 - 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
 - 9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;
 - 9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.



9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.3 - Apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.4.1 - Comprovante de registro da empresa e do seu responsável técnico no Conselho Regional de Medicina;

9.4.2 - Regularização por parte da Vigilância Sanitária para o devido funcionamento do serviço e da(s) Ambulância(s) que serão utilizadas na prestação do serviço para este Tribunal;

9.4.3 - Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características quantidades e prazos com o objeto da licitação;

9.4.3.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **que ateste que a licitante prestou serviço em urgência médica e atendimento pré-hospitalar do tipo Área Protegida.**

9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

9.6 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 9.7**, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho, ou propor a revogação deste Pregão.

9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282-8016 ou para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.



9.9.1 -Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº ____/15.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício corrente, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elementos de Despesa	Valor estimado anual -
02.301.0569.2004.6013	085.382	33.90.39.61	R\$153.440,00

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "*homepage*" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar/Impugnações/Esclarecimentos/Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, pelos FAX (21) 2282-8682 e 2282-8016 ou através do e-mail cpl@trf2.jus.br, até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h.
- 11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 11.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada do licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF-2ªRG convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua do Acre nº 80 - 16º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 13.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 13.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência do contrato.



- 13.4 - O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no subitem 13.3 ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais ou a prestar os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 13.6 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei nº 8883/94, os serviços objeto da presente será recebido mediante termo circunstanciado, da seguinte maneira:

- 14.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.
- 14.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e, depois de concluída a vistoria, salvo motivo justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e conseqüente aceitação;
- 14.3 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 14.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;
- 14.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo;
- 14.5 - O recebimento definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



- 14.6 - Após a assinatura do contrato, o Contratante designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal discriminativo dos serviços, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), contados a partir da data de emissão do referido atesto.
- 15.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 15.1.2 - Para fins do disposto no item 15.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 15.2 - O documento fiscal deverá ser entregue ao Núcleo de Compras (NUCOMP), Rua Acre, nº 80, 16º andar - sala 1.604, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no horário das 12:00 às 17:00, em 02 (duas) vias, na primeira semana do mês subsequente da prestação dos serviços, devendo também ser enviado eletronicamente ao *e-mail* dicom@trf2.jus.br.
- 15.3 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;
- 15.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007;
- 15.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);
- 15.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;



- 15.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item 15.1 os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 15.7 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 15.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no **item 15.7**, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16 - DO REAJUSTE:

- 16.1 - Os valores contratados, serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P$$

Onde:

R = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I_o = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.

P = Preço a ser reajustado.

- 16.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo se utilizar o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.
- 16.3 - A periodicidade de reajuste do Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.
- 16.4 - Compete à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.
- 16.5 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o item 16.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 16.1.



17 - DAS PENALIDADES

17.1 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

17.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:

17.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.

17.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



17.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

17.6 - Caso as multas previstas nos subitens 17.4.1 e 17.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.

17.7 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

17.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.

17.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

17.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.

17.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

17.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

18.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: **www.trf2.gov.br**, opção "**consulta/licitações em andamento**", e **www.comprasnet.gov.br**, opção "**visualizar/Impugnações/Esclarecimentos/Avisos**", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;

18.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

18.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.



- 18.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 18.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 18.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 18.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, quinta-feira, 12 de fevereiro de 2015

Francisco Luis Duarte
Pregoeiro



A N E X O I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2015
TRF2-EOF-2014/220

1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada por região para prestação de serviços em urgência médica e atendimento pré-hospitalar do tipo Área Protegida para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na forma definida a seguir:

2. DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

- O serviço de urgência médica e atendimento pré-hospitalar do tipo **Área Protegida** será para as dependências do Tribunal Regional Federal da 2ª Região abaixo elencadas, atendendo a magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e usuários externos, conforme o quantitativo de atendimento/ano descrito na tabela;
- Os serviços serão pagos pelo valor fixo mensal, conforme os quantitativos expostos na tabela abaixo, pelo seu total dividido por 12 mensalidades, utilizadas ou não, sendo que as não utilizadas mensalmente serão acumuladas até o final do ano contratual, quando então serão zeradas. Caso o quantitativo anual de determinada dependência seja todo utilizado antes do término de 12 meses, qualquer novo atendimento será considerado extra, não havendo limite superior de atendimentos extras.

Grupo	Localidades	Quantitativo contratado/mês
G1	Tribunal Regional Federal - SEDE – rua Acre 80 e ANEXOS 1A, 1B, 2A e 2B - Centro- Rio de Janeiro-RJ	2 (dois)
G2	Centro Cultural Justiça Federal - Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro-RJ	2 (dois)
G3	Tribunal Regional Federal – ANEXO 1 – Rua Visconde de Inhaúma, 68 – Centro - Rio de Janeiro – RJ	1(um)
G4	Tribunal Regional Federal – ANEXO 2 – Rua Beneditinos, 24 – Centro – Rio de Janeiro - RJ	1(um)
G5	Tribunal Regional Federal – ANEXO 3 – Rua Dom Gerardo, 46-Centro - Rio de Janeiro - RJ	1(um)

- A contratante disporá de 03 atendimentos por ano a serem realizados em áreas não elencadas acima onde ocorram eventos diretamente relacionados ao TRF2, tais como concursos, encontros, etc. A localidade a ser protegida deverá ser informada à



contratada com 30 dias de antecedência, situar-se necessariamente dentro do município do Rio de Janeiro e a proteção deverá ter duração máxima de 06 horas.

- Fixa-se assim o quantitativo mínimo total de 84 atendimentos por ano.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 3.1. A área protegida compreenderá a edificação, bem como o espaço livre (pátio, estacionamento, área de circulação e postos de vigilantes) de todas as unidades acima elencadas, sejam eles próprios ou de terceiros;
- 3.2. O serviço compreende o completo atendimento pré-hospitalar, nas dependências do Contratante, podendo envolver o traslado do(s) paciente(s) até o estabelecimento hospitalar apropriado, em ambulância devidamente equipada, em situações de emergência e que impliquem em risco de morte, tais como: cardiológicos (parada cardiorrespiratória, infarto do miocárdio, crise hipertensiva, angina pectoris, arritmia, insuficiência cardíaca, choque); pulmonares (insuficiência respiratória, crise asmática, edema agudo de pulmão e DPOC); cérebro-vasculares; politraumatismos, perda de consciência, queimaduras graves (2º e 3º graus), hemorragia grave, acidente elétrico, intoxicações, acidentes de trabalho, surtos psiquiátricos e outras situações assemelhadas;
- 3.3. Os atendimentos do G1, quando ocorrerem de segunda a sexta-feira, no horário de 11 às 19 horas, serão precedidos por avaliação da equipe médica do TRF2, a qual vendo a necessidade de remoção irá contatar a empresa para este fim. Nos demais horários e nas demais localidades, o atendimento do contratante incluirá o primeiro socorro, a avaliação da necessidade de remoção e, em caso afirmativo, a efetuação da remoção.
- 3.4. Ocorrendo a necessidade de encaminhamento do paciente ao estabelecimento hospitalar, o serviço durará até o início do atendimento em unidades da Rede Hospitalar pública ou privada, quando, então, cessará toda e qualquer responsabilidade da Contratada, seja relacionada ao objeto do presente instrumento, seja com relação ao tratamento;
- 3.5. Não haverá restrição a doenças preexistentes e não haverá carência para o início do atendimento emergencial. Em decorrência de eventuais atendimentos, nenhum gasto será devido além do valor mensal contratado, que abrange todo o serviço, inclusive de medicamentos e materiais utilizados nos atendimentos;
- 3.6. A prestação dos serviços será executada com a utilização de veículos destinados ao transporte de pacientes de alto risco de emergências pré-hospitalares e transporte inter-hospitalar Ambulâncias, ou seja, ambulâncias classificadas como Tipo "D" - Ambulância Suporte Avançado (ASA) ou também denominada UTI Móvel, de acordo com as exigências do Conselho Federal de Medicina – CFM;



- 3.7. O serviço deverá ser realizado de segunda-feira a domingo, por 24 horas/dia. O atendimento iniciará com a solicitação por meio de telefonema para a central de comunicação da empresa e cessará quando for estabilizada a emergência no próprio local, não havendo mais risco à saúde do paciente ou quando este for internado em unidade hospitalar para continuidade do tratamento. Tempo máximo para atendimento no local deverá ser de até 30 (trinta) minutos após o primeiro chamado. Caso o tempo estipulado não puder ser cumprido, caberá a contratada apresentar sua justificativa escrita, mas estando ciente quanto à responsabilidade do risco de vida do beneficiário;
- 3.8. Será considerado atendimento para fim de cobrança, o serviço pré-hospitalar, dentro da área protegida, envolvendo ou não o traslado do beneficiário;
- 3.9. As unidades móveis classificadas conforme o item 5 deverão comparecer ao local solicitado pela chamada acompanhado por médico e pessoal técnico especializado (no mínimo, um técnico de enfermagem e um motorista socorrista), de acordo com as exigências do Conselho Federal de Medicina – CFM;
- 3.10. Qualquer chamada para atendimento somente poderá ser atendida quando realizada pelo(s) servidor(es) habilitado(s) pelo Contratante;
- 3.11. Após o atendimento, deverá ser elaborado um Relatório completo, legível e assinado pelo médico que prestou o atendimento, onde constará o motivo da chamada, procedimentos e medicações utilizadas, diagnóstico e a prescrição médica. O referido documento deverá ser entregue ao servidor responsável pelo chamado em envelope fechado a ser encaminhado à Divisão de Atenção à Saúde (DISAU).
- 3.12. Além do exposto acima, a Contratada deverá fornecer qualquer tipo de informação médica, a qualquer tempo, quando contatada pelos médicos deste Tribunal.

4. HABILITAÇÃO MÍNIMA DOS PROFISSIONAIS (EQUIPE TÉCNICA)

- 4.1. O serviço de atendimento pré-hospitalar móvel será prestado por equipe composta por, no mínimo, um profissional médico, um técnico de enfermagem e um motorista socorrista, que deverão cumprir os seguintes pré-requisitos:
 - Médico: Profissional de nível superior, credenciado ao CRM (Conselho Regional de Medicina), habilitado ao exercício da medicina pré-hospitalar, com atualização teórico-prática periódica certificada e realizada há no máximo cinco anos.
 - Técnico de Enfermagem: Profissional com ensino médio completo e curso regular de Técnico de Enfermagem, titular do certificado ou diploma de Técnico de Enfermagem, credenciado ao COREN (Conselho Regional de Enfermagem) e com certificação BLS – Suporte Básico de Vida – por instituição reconhecida com validação temporal.



- Motorista Socorrista: Profissional com habilitação categoria "D", com cursos atualizados em trauma e primeiros socorros e com experiência em atendimentos emergenciais.

Observação: Deverá a empresa estar ciente que a qualquer tempo o Contratante poderá solicitar comprovação da habilitação técnica e os devidos registros nos Órgãos competentes dos profissionais relacionados neste item 4, uma vez que prestarão serviços a este Tribunal.

5. HABILITAÇÃO DE VEÍCULOS PARA REMOÇÃO

- 5.1. As Ambulâncias Tipo "D" - Suporte Avançado (ASA) ou UTI Móvel deverão dispor de todos os equipamentos, materiais e medicamentos, de acordo com o que descreve o Conselho Federal de Medicina.
- 5.2. As ambulâncias deverão ser identificadas com símbolos próprios indicativo dos serviços de resgate e emergências e apresentar bom estado de conservação e em condições de operação e, ainda, as macas devem ter sistema de fixação no veículo e cintos de segurança em condições de uso.

6. OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E GARANTIAS DA CONTRATADA:

- 6.1. A empresa contratada deverá iniciar a prestação do serviço em 10 dias após assinatura do contrato;
- 6.2. Caberá à Contratada garantir o atendimento imediato aos chamados de emergência, no prazo máximo 30 minutos de espera;
- 6.3. Deverá garantir a manutenção das condições de operação do veículo, no tocante à limpeza, desinfecção, reposição de materiais utilizados em adequação às normas e exigências da Vigilância Sanitária, ANVISA e do CREMERJ no que diz respeito a transporte de pessoas enfermas;
- 6.4. Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), caso seja obrigatória sua utilização;
- 6.5. Os profissionais que prestarão serviços a este Tribunal deverão ser identificados pelo uso, obrigatório, de crachás com fotografia e ainda estarem devidamente uniformizados;
- 6.6. Ao prestar serviços nas instalações do TRF, os profissionais da contratada deverão sujeitar-se às normas disciplinares do contratante, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com este Tribunal, responsabilizando-se a contratada pelos respectivos direitos e deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais.



- 6.7. Caberá à Contratada empregar profissionais qualificados para os serviços, respondendo pela seleção, administração, transporte, acomodação, alimentação e qualquer outra obrigação relacionada com a mão de obra disponibilizada para o trabalho;
- 6.8. A Contratada deverá, sempre que exigido pelo Contratante, proceder o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços, providenciando sua imediata substituição. Da mesma forma, substituir qualquer veículo, equipamento, material e medicamentos que sejam desqualificados pela equipe médica deste Tribunal;
- 6.9. A Contratada prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, cujas reclamações se obriga prontamente a atender. A contratada garantirá que todos os serviços serão executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, sendo a mesma, responsável por qualquer dano causado à saúde dos servidores, bens móveis ou imóveis do Contratante ou de terceiros, durante a execução dos serviços contratados.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Autorizar o acesso aos setores de trabalho para o devido atendimento de emergência.

8. MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

Grupo	Localidades	Quant. Estimado		Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
		Mensal	Anual		
G1	Tribunal Regional Federal - SEDE	2	24		
G2	Centro Cultural Justiça Federal	2	24		
G3	Tribunal Regional Federal – ANEXO 1	1	12		
G4	Tribunal Regional Federal – ANEXO 2	1	12		
G5	Tribunal Regional Federal – ANEXO 3	1	12		
Valor Total Anual Estimado					
--	Localidades não elencadas acima			Valor Unitário	
	Atendimento Extra				

8.1 - O valor referente ao **atendimento extra** não compõe a planilha de formação de preços, devendo ser cotado separadamente, na forma do modelo de planilha constante do item 8 do Anexo I - Termo de Referência;

8.1.1 - O valor referente ao **atendimento extra** de que trata o item 8 supracitado será faturado somente quando efetivamente realizado o atendimento